

PENA DE MORTE EM SERGIPE OITOCENTISTA

Jaqueline Almeida Jesus¹

RESUMO

Quando falamos em escravos, logo nos vem em mente, trabalho, exploração, e até mesmo abolição. O objetivo desse artigo é falar sobre um tema tão pouco tratado, a pena e morte aos escravos por crimes cometidos pelos mesmos, em foco o enforcamento. Ao ser sancionada, a nova lei criada em 10 de junho de 1835 pelo regente imperial, aplicou a repressão aos crimes cometidos por cativos. Estes passariam a ser condenados por pena capital, com diversos procedimentos para o julgamento e a execução da sentença. Os procedimentos teóricos e metodológicos adotados resultam de pesquisa bibliográfica e legislação, assim como um documento específico de um caso acontecido em Sergipe. A historiografia sobre a importância da lei de repressão dos movimentos de contestação leva esse artigo a analisar a sua aplicação ao longo do século XIX, durante o período do Brasil Império.

Palavras-chave: Escravos; Código Penal; Pena de Morte.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da História, a escravidão é um assunto desenvolvido em diversas pesquisas feitas por historiadores e pesquisadores. Desde o século XVI, quando o Brasil começou a produzir açúcar, os portugueses se viram na necessidade de obter mão-de-obra forte e barata, e nessas circunstâncias decidiram optar pelos negros africanos. Eles eram sequestrados de suas colônias na África e trazidos ao Brasil para trabalhar de forma forçada, sendo tratado de desumanamente. Contudo ainda há diversos questionamentos sobre essa instituição escravocrata que se instaurou e que foi garantida com bases legais tanto no período Colonial quanto no período Imperial. A publicação do Código Criminal e todo eixo jurídico que dele decorreu, ainda nos traz muitas indagações. A base para a realização desse artigo foi o processo

¹ Graduanda em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edna Maria Matos Antônio.
Email para contato: jaqueouquele@gmail.com

criminal, como fonte primordial o processo criminal de galés perpétua, o escravo que foi a força. Analisar esse documento permite ao historiador ter contato direto com o relato da época, apreciando vestígios de práticas e valores sociais, e dados como nome – dificilmente um escravo aparece com sobrenome – nome do proprietário, estado civil, e o cotidiano.

Vale salientar que ao analisar processos criminais os mesmos têm como base, depoimentos orais, podendo ocorrer variações entre a linguagem falada e a forma como ela é escrita. Assim pode-se ocorrer uma recriação do discurso e dos personagens envolvidos, tais como suas reações e emoções diante do ato. O pesquisador deve assim, fazer a comparação com outras obras que remetem ao mesmo tema, para melhor compreender e analisar o contexto estudado. Tendo ainda em vista que, os escrivães da época são influenciados por valores podendo assim “contaminar” o processo.

Segundo Carlo Ginzburg, podemos afirmar que, a fonte documental pode ser indireta por ser escrita “e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante” (2006:13).

A legislação penal e processual foi a fonte que deu fundamentação a esse texto, tendo em vista que, foi analisada a descrição de do caso mais a frente citado, pelo escrivão *Manoel Joaquim de Araújo*, bem como citações que mostram valores que puderam influenciar na elaboração do processo, seja estes valores sociais ou penais.

No Período Imperial, a questão da morte entra no Código Criminal no momento em que o Brasil se desliga de Portugal, assim a elite brasileira formula suas próprias leis como gesto de independência, introduzindo um código de leis brasileiras, anulando as Ordenações Filipinas. Tal ato ocorre em 1824, quando é determinada a primeira Constituição Brasileira. Entretanto no intervalo da proclamação da Independência até a feitura do Código Penal o Brasil permanece julgando seus réus de acordo com as Ordenações Filipinas.

Em 1830 acontece o desligamento definitivo com as Ordenações Filipinas, momento visto como moderno, ou de tendência liberal. A partir deste momento as penas dos processos criminais, vão de: perda de emprego, sendo esses aos funcionários públicos, como também multas, simples trabalhos, galés temporárias e perpétuas e o castigo mais cruel: a pena de morte. Esta foi inserida no Código Criminal como forma de desafronta a várias infrações. Sob o artigo nº 192 de sentença em grau máximo se tratando de crimes contra a pessoa e vida, ou seja, crime de homicídio. Para esclarecer algumas leis inseridas do Código Penal, podemos verificar a transcrição das mesmas feita a seguir:

O artigo 271, em seu grau máximo, traz em seu bojo semelhanças com o 192 e seus agravamentos, já que institui a pena de morte para o crime de latrocínio, ou seja, um roubo que, em seu ato, resulta na morte de alguém. O artigo 113², que enquadra o crime de insurreição, parece ter um cunho escravocrata, pois indica que no momento em que se reunissem vinte ou mais escravos para haverem por meio da força sua liberdade, aos cabeças destinava-se a sorte do grau máximo: a forca. E houve a necessidade de no artigo posterior explicitar que teriam a mesma penalidade, a de morte, quando os líderes do levante fossem pessoas livres (SANTOS:2010)

A organização do suplício pode ser observada no artigo 38 e seus sucessores³. Ele é taxativo quando instrui que a morte se executaria na forca. Mas apenas eliminar dentre os viventes o condenado não bastaria para as autoridades. Então, com o desejo de inculcar uma pedagogia do medo na sociedade, o artigo 40, que é o do espetáculo público, diz que:

O réu, com o seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até a forca, acompanhado do juiz criminal do lugar onde estiver, com seu Escrivão, e da força militar que se requisitar. Ao acompanhamento precederá o porteiro, lendo em voz alta a sentença que se for executar.⁴

Em 1835 a pena de morte chega ao auge do seu endurecimento na voz do parlamentar Paula e Souza⁵ pronuncia-se a seguinte afirmação: “dois milhões de escravos todos ou quase todos são capazes de pegarem em armas! Quem senão o terror da morte fará conter esta gente imoral nos seus limites”⁶. Apenas o medo da morte atenuaria a revolta escrava, bem como a sociedade Imperial era regida por uma aristocracia que legislava a seu favor para a Construção da Ordem (SANTOS:2010).

Houve vários debates sobre a pena de morte durante a implantação do Código Penal no Brasil Império, pois o ato ia contra a Constituição em vigor no Brasil, tido como uma nação de caráter liberal e a pena de morte deixa esse liberalismo a mercê das novas leis.

O presente artigo mostra também em seu desenvolvimento a morte em si como pena criminal, e como a mesma é de interesse na vida daqueles que condenam, buscando uma forma “prática” de colocar em ordem a sociedade escravocrata, visando certa rapidez na forma de buscar uma organização social, perante possíveis rebeliões. E interfere também na vida dos condenados e daqueles que são reféns das leis que apenas julgam sem direito a recurso algum, refletindo seus comportamentos, mexendo nas suas emoções, sendo obrigados a testemunhar o ato do enforcamento como ponto de reflexão das suas atitudes.

Ao estudar esse tema, podemos contar com fontes como: livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado, relatos de escravos em todo Brasil, arquivos judiciais, buscando analisar diversos fatores que levaram a promulgação da Lei de 10 de junho de 1835. Quando

buscamos analisar os procedimentos para o julgamento e a execução da sentença, descobrimos que a legislação existente no período, dava uma amplitude maior aos delitos, passando a ser condenados com a pena de morte. A lei ainda estabelecia a impossibilidade de recorrer da sua condenação de primeira instância, vedando assim definitivamente recorrer ao Tribunal da Relação, ou ainda ao Supremo Tribunal de Justiça, como era concedido aos réus livres. O escravo condenado era escravo enforcado.

Buscou-se relatos do século XIX, códigos legais do Império, analisando o julgamento do escravo Antônio (nascido em Sergipe), escravo de Ignácio Francisco do Nascimento recorrido e preso ao réu dos culpados, ao qual vamos analisar mais a frente. Do mesmo modo como funcionava o sistema judiciário, com relação aos pedidos de graça aos réus escravos. Como analisar todo contexto da criação da Lei de 10 de junho de 1835 e toda a sua implantação no decorrer do século XIX? Trabalhou-se com documento armazenado no Arquivo Judiciário de Sergipe, e relatos produzidos pelo escrivão e julgamentos do escravo condenado a morte. É importante ressaltar que no Brasil Imperial, a pena de morte estava diretamente ligada aos crimes de escravos. Para que a Lei de 10 de junho fosse aplicada era necessário que o réu fosse escravo, o réu não sendo escravo, então lhe era aplicado o código criminal.

Com base na Lei, implantada para tal ação, este trabalho tem como objetivo esclarecer um tema, que ainda não é tão comentado. Como já foi dito, quando falamos em escravos, logo nos remete a outros temas ligados ao mesmo. No decorrer da pesquisa, analisando, documentos e processos judiciais, podemos observar as diversas situações que levaram a implantação de tal Lei. O modo como o escravo era julgado, os recursos e as diferenças entre um réu livre e um réu escravo.

2. A MORTE COMO ESPETÁCULO

A pena de morte imposta aos escravos no Brasil Império, deve ser vista sob análise do contexto brasileiro da época. Podemos ver que tais medidas foram tomadas por causa da dificuldade de controle sobre uma população escrava cada vez maior. Nesse contexto é criada a Lei de 10 de junho de 1835, para facilitar e acelerar processos jurídicos, buscando a necessidade da punição para os escravos rebeldes, revoltosos, e os que tentam contra a vida de seus senhores e protegidos. O objetivo é esclarecer todo um processo de execução imposta aos escravos, do cortejo até o patíbulo pela maneira peculiar de enforcar, emposta no Brasil.

A pena de morte sempre foi o extremo das punições. No passado ela foi utilizada para conter e disciplinar crimes que atentam gravemente e diretamente sobre a vida, aplicada assim à criminosos cruéis e sem escrúpulos, insurgentes em revolta e principalmente contra escravos criminosos, assassinos de seus senhores. A citação a seguir relata como era visto o momento do enforcamento, as sensações produzidas por um ato cruel, que acontecia em praça pública:

O espetáculo era acompanhado de perto por inúmeras pessoas, umas com o olhar de pura curiosidade, sem saber ao certo o que estava acontecendo, alienadas ao vento, tentando compreender o que se passava. Outras observavam com o olhar de reprovação diante de sombrio espetáculo admirados e descrentes diante de tamanha movimentação popular, talvez até dissessem “O povo gosta de sangue”! Sem nem ao menos perceber que eles mesmos não conseguiam tirar os olhares misericordiosos, que mesmo se, saber os motivos que levavam esses homens ao cadafalso, sentiam por eles uma incomensurável piedade. Algumas pessoas tentando aparentar uma racionalidade diante de um ato tão irracional, diziam “Que justiça seja feita”! Ela a justiça, acabava sendo a culpada pelo que se passava. Porém, apesar desses e de outros olhares que presenciavam a cena, nenhum superava em quantidade os olhos vazios e sem reação, alguns diriam sem paixão, sem sentimento, sem alma, da multidão de escravos que se encontravam diante da forca para assistir à execução, todos trazidos pelos seus senhores com o intuito de acompanharem de perto as consequências dos atos de insubordinação. O intuito era dar exemplo do que poderia lhes acontecer caso resolvessem rebelar-se e atentar contra seus donos. Essa multidão toda era separada do patíbulo por uma Infantaria do Corpo Policial com cerca de sessenta homens, e mesmo apesar de tamanho número de escravos acompanhando a execução de seus companheiros de infortúnio, nenhuma só voz, nenhum só gesto foi percebido de desaprovação, era um momento de respeito em frente à morte” (ANTUNES:2013).

Com a grande quantidade de escravos no Brasil Império, a dificuldade de discipliná-los fez com que o Estado assumisse a tarefa de impor castigos cotidianos para evitar o acirramento dos conflitos entre o senhor e o escravo. Por esse motivo a institucionalização da pena de morte com essas características decorrente da escravidão, a realidade brasileira do período citado, torna-se uma necessidade.

Logo após a independência (1822) o Império do Brasil abandona as antigas Ordenações Filipinas, contendo leis que até aquele momento regiam o Império Português e como consequência também as suas colônias, dentre elas o Brasil. Em tempo de mudanças uma nova etapa política surge, como também a necessidade e a preocupação na criação de leis próprias, nesse contexto existem grupos políticos: os liberais e os conservadores. Dentre as disputas políticas o Código Criminal (1830) e o Código de Processo (1832) foram conquistas liberais, esses dois códigos, em conjunto com a criação do Juizado de Paz, completa a reforma liberal do sistema judicial, após a independência. Como Antunes nos mostra a seguir:

Nesses novos conjuntos de leis a pena de morte é o maior grau de punição prevista, porém, como ficam evidentes nos anos que se seguem, as especificidades presentes no Império do Brasil geram necessidades que outros países, não têm. Desse modo, novos debates começam a ser cravados pois o Brasil da época tem uma característica de força de trabalho bastante representativa do período imperial, a escravidão negra. (ANTUNES: 2013).

3. DO CONTEXTO E DA PENA DE MORTE

Nos anos entre 1791 e 1830, em média 28 milhões de africanos desembarcaram no Brasil, nos anos seguintes mais 16 milhões. Estimula-se que entre os séculos XVII e XIX 10 milhões de pessoas foram retiradas da África e trazidas para o Brasil. Para ter uma noção da quantidade em 1824 60% da população da Bahia era escrava, em São Paulo os escravos eram em torno de 51% da população. Com esses dados podemos concluir que o número de escravos só crescia e com isso aumentava também o medo das revoltas.

Por consequência os atos de insubordinação que em algumas situações terminavam com a morte de senhores, administradores e feitores, tornou-se crescente a sensação de insegurança e de medo de rebeliões, os senhores e fazendeiros tinham em mente a criação de medidas públicas para controlar determinadas situações.

Nesse contexto, debates públicos foram travados numa tentativa imediata por soluções, os mesmos debates resultaram na criação da Lei de 10 de junho de 1835, que é justamente essa medida imediata que acelera e facilita a condenação e posterior a execução de escravos, em determinados delitos.

É importante ressaltar que para os escravos os direitos assegurados aos homens livres eram negados, para assim demonstrar para os mesmos as consequências dos atos de insubordinação com seus senhores.

A lei n. 4 de 10 de junho de 1835 foi composta por cinco artigos:

“A Regência Permanente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo Faz saber a todos os súbditos do Império que a Assembleia Geral Legislativa Decretou, e Ella Sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com eles viverem.

Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites a proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes.

Art. 2º Acontecendo algum dos delitos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro cometido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinária do Júri do Termo (caso não esteja em exercício) convocada pelo Juiz de Direito, a quem tais acontecimentos serão imediatamente comunicados.

Art. 3º Os Juizes de Paz terão jurisdição cumulativa em todo o Município para processarem tais delitos até a pronuncia com as diligencias legais posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluído que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito para este apresenta-lo no Júri, logo que esteja reunido e seguir-se os mais termos.

Art. 4º Em tais delitos a imposição da pena de morte será vencida por dois terços do número de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se for condenatória, se executará sem recurso algum.

Art. 5º Ficam revogadas todas as Leis, Decretos e mais disposições em contrário.

Carta de Lei pela qual Vossa Majestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que Houve por bem sancionar, marcando as penas, em que incorrerão os escravos que matarem a seus senhores, e estabelecendo novas regras para a pronta punição de tão grave delito.

A pena de morte por enforcamento, foi vista ao longo dos tempos, como a punição mais cruel, por meio de leis criminais como nos mostra o trecho a seguir:

O ato de enforcar não era tão simples quanto muitas vezes se pensa. Um enforcamento feito da maneira errada prolonga, durante horas, o sofrimento do executado, muitas vezes ele urinava e defecava na agonia do estrangulamento. A corda não ajustada corretamente pode romper, fazendo a vítima cair e fraturar uma perna e passa, outra vez, por todo o processo de amarração e por toda a angústia da espera final...

... A forca é montada num lugar em que há espaço para o público, afinal, é para servir de exemplo. E, diferente do que normalmente imagina-se, não era uma estrutura de madeira com um tipo de palanque e um alçapão por onde o condenado caía de súbito.(ANTUNES:2013)

As leis nos revelam como a sociedade reagia, e era imposta não só o condenado, os demais escravos eram obrigados a assistir a morte. Como mostra a figura a baixo:

Figura1: Gravura. Enforcamento feito em praça pública, assistido por escravos.

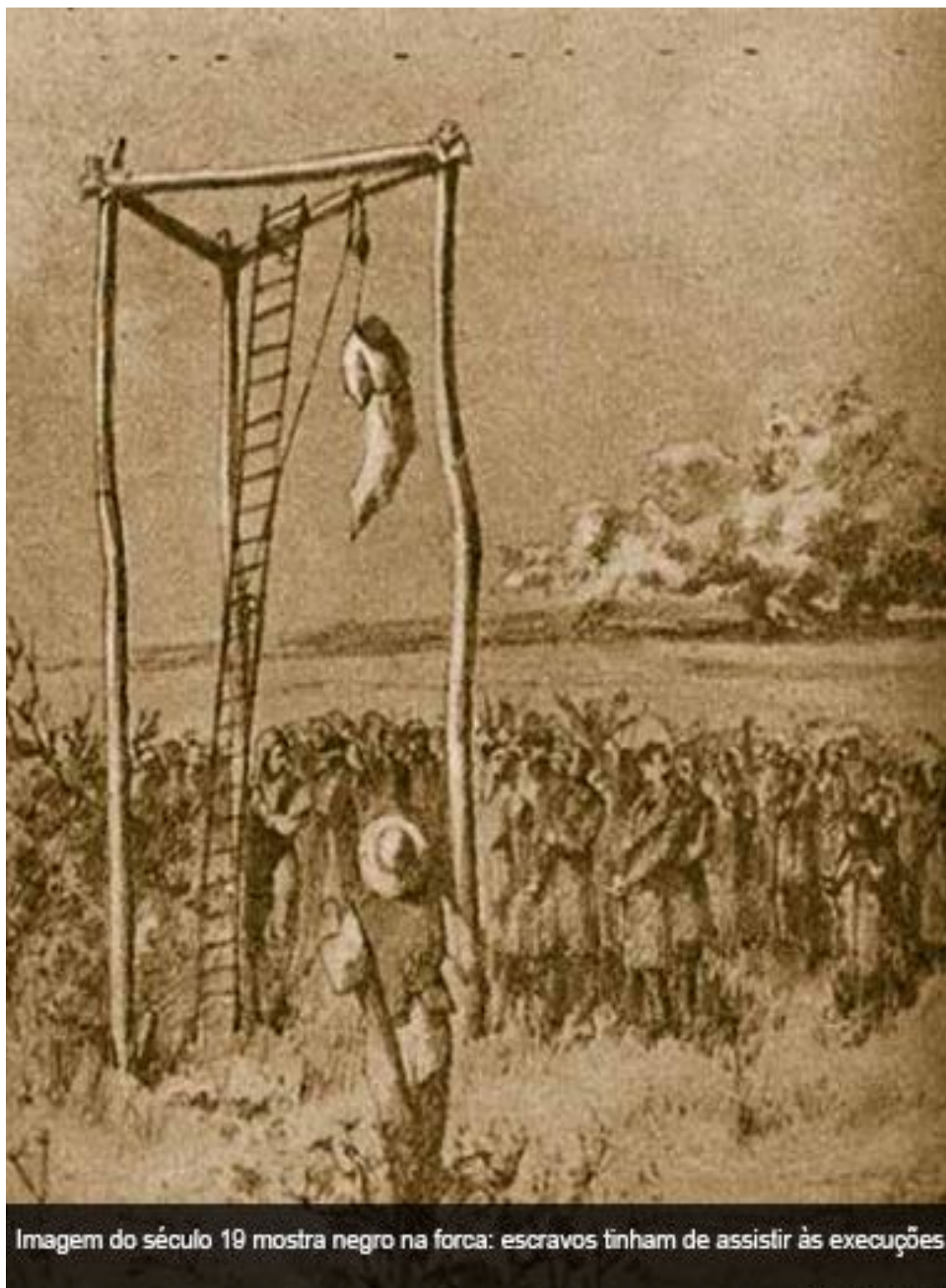


Imagem do século 19 mostra negro na forca: escravos tinham de assistir às execuções

Reprodução

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/04/ha-140-anos-a-ultima-pena-de-morte-do-brasil>.

Vale lembrar que a lei visa apenas os escravos. Ao analisar como a mesma era imposta, o julgamento seguia da seguinte forma: primeiramente os escravos eram julgados pelo júri, sendo estas pessoas livres, na maioria delas possuidoras de escravos e consequentemente interessados na implantação da punição, exterminando dessa forma o que seria a ideia precípua de um jurado que é ser julgado de igual para igual. Como podemos analisar na frase a seguir, sendo estas as palavras de um escritor e político da época: “Um júri de senhores, julgando os escravos, era a negação da ideia de júri, que é o julgamento do acusado por seus pares.” (NABUCO, 1975, apud RIBEIRO, 2005, p.326).

Sendo assim, podemos perceber que a Lei brasileira desse período é totalmente contraditória, quando o escravo é visto na sua condição jurídica como coisa, objeto, propriedade. Com base no Código Criminal o escravo era penalizado, todavia o crime era o único ato que humanizava o escravo, ou seja, perante o julgamento o mesmo era envolvido dentro das leis, somente no crime o escravo era tratado de igual para igual.

Outro ponto importante de análise é que na Lei se o escravo como réu for considerado culpado por pelo menos dois terços do voto do júri para os delitos do artigo 1º ou simplesmente na maioria dos delitos do artigo 2º o escravo ainda sim é executado sem direito a nenhum recurso. Desse modo, facilitando assim o processo, ocorreu que nos primeiros anos da Lei uma grande quantidade de escravos foram executados. Ou seja, se um escravo era condenado ele não tinha direito de protestar, reivindicar, contestar, direito esse que era concedido a homens livres. Segundo os fundamentos da Lei de 10 de junho, os mesmos são executados em um ou dois dias, logo após a data do crime, no período anterior a criação da Lei o condenado poderia entrar em recursos contra a sua sentença retardando assim por um tempo superior a um ano, sendo assim condenar um escravo se torna ainda mais fácil.

Para ter noção, conta que dois carrascos não foram suficientes face à demanda provocada pelo número de condenações e de execuções, que se seguiu à lei de 1835. Condenar à morte ficou mais simples. (RIBEIRO:2005)

4. “RAZÃO DE NEGRO COM NEGRA”

Ao analisarmos o contexto do código penal em Sergipe, é importante compreender o período estudado e a suas influências culturais e políticas, que contribui para o processo de julgamento do assassinato analisado.

A sociedade sergipana era grande produtora da cana de açúcar, especificamente na zona do Contiguiba, nos revelando uma história de conflitos, sendo Sergipe a menor província do

Império brasileiro. Possuía uma grande rede de transporte fluvial, por conta das bacias hidrográficas sendo elas: o rio Real que separa Sergipe da Bahia; o rio Vaza Barris, que banha São Cristóvão (esta a antiga capital da província), e os rios Sergipe e Contiguiba que banha Riachuelo, Laranjeiras e Aracaju.

Essa região fértil, conta com o solo massapê, argilosos, escuros e pesados, eles retinham bem a umidade e eram próprios para o cultivo da cana-de-açúcar, esta a cultura mais produtiva no período colonial. A junção dos elementos: solo, clima e rios navegáveis fez com que Sergipe se tornasse o principal produtor de açúcar.

Essa produção se desenvolveu em torno dos seguintes núcleos urbanos: Santo Amaro, Laranjeiras, Socorro, Rosário, Siriri, Capela, Divina Pastora, Maruim e Japaratuba.

Laranjeiras e Maruim eram os dois principais núcleos urbanos pois possuíam portos, assim o açúcar era escoado, assim entravam alimentos e outras mercadorias.

O quadro estatístico populacional de Sergipe em 1834, divide a população na sua condição jurídica entre homens livres, libertos e escravos, por cor (brancos, pardos, índios e pretos) gênero e idade. Para termos uma noção a população nesse período era em média de 160.479 indivíduos dentre eles 47.812 ou em torno de 30% era escravos. (AMARAL:2012)

Salientando que nesse período o índice de miscigenação, ou seja, os pardos, correspondia a 49% da população livre, se calcularmos com os libertos de cor preta, os escravos sendo estes os de pardos e de cor preta concluímos que em média 80% da população da província era afrodescendentes.

Para melhor entendermos ainda a dimensão do processo é de extrema importância frisar que nos dados descobertos sobre o perfil populacional o índice de masculinidade na população escrava chegava a 118 homens para cada 100 mulheres.

Houve uma discussão no início do século XIX sobre o possível fim do tráfico de escravos e, como consequência, os senhores de engenho tiveram a preocupação de acumular de forma considerável a mão de obra africana – por isso perder um escravo, ou o risco de rebeldia era tão temido. A primeira lei antitráfico foi imposta em 1831 e se concretizou em 1850, mesmo assim continuou de forma clandestina, porém em menor quantidade, tendo na sua maioria homens, e a minoria entre mulheres, crianças e idosos.

Com relação a manutenção dos escravos, os senhores sergipanos incentivavam o cultivo de roças pelos próprios escravos, assim os mesmos bancavam eles mesmos parte da alimentação, vale lembrar que, a pobreza era motivo para incentivar os casamentos e a reprodução natural dos escravos.

O agrupamento das senzalas sendo formadas por divisões que alojavam núcleos familiares, até mesmo casas individuais, substituindo assim galpões de uso geral, como mostra a foto a seguir:

Figura2: foto do Engenho Pedras em Maruim , mostrando como eram as senzalas⁹



Fonte: Foto: acervo de Jaqueline Almeida, foto tirada durante visita técnica em 2014.

Essa preocupação de manter assim os escravos, tem por objetivo deixar claro a preocupação dos senhores em preservar e incentivar as uniões conjugais entre seus escravos. A criação dos laços familiares, é de interesse do senhor a partir do momento em que este meio serve como elemento conciliador de sistema escravista, e ainda visa incentivar a reprodução natural dos escravos. “Funcionava como elemento de estabilização social, ao permitir ao senhor auferir uma renda política” (AMARAL:2012, apud FLORENTINO:175).

A formação da família entre escravos era, dessa maneira, de grande valia para os senhores gerando ganhos econômicos e a autossustentância dos escravos. Ainda em 1834 o que nos revela os dados sobre os casamentos entre escravos, 44% da população escrava era casada. (AMARAL:2012)

O único fator que ainda dificultava a formação das famílias era o número de escravos do sexo masculino, ainda era superior ao sexo feminino. Dessa forma manter tais

relacionamentos intactos, gerava conflitos, entre os negros, por questões de ciúme, adultérios, etc.

O documento analisado consta da data de 08 de março de 1887, onde o réu é acusado de homicídio e tentativa de homicídio, pelas autoridades competentes. Menciona-se que na ocasião do crime, encontrava-se numa roda de pagode. Foi acusado de homicídio cometido a uma escrava do seu senhor Ignácio Ferreira, sendo condenado a galés perpetua, na cidade de Laranjeiras.

É importante ressaltar que é citado o nome do ano de nascimento Jesus Cristo e a todo o momento é dada ênfase ao escrivão do júri Manoel Joaquim de Araújo assim como a quantidade processos escritos pelo mesmo, descrevendo a data de 03 de fevereiro de 1887. Antônio que foi escravo de Ignácio Francisco do Nascimento do Engenho Paty de cima em Laranjeiras, recorrido e preso, lançado no rol dos culpados.

Dando continuidade ao processo o escrivão Manoel Joaquim de Araújo, descreve que se deu por concluído, o mesmo foi autor das perguntas feitas para Belmiro Pinto de Carvalho, Doutor João Candido Lima, Doutor Filisbello F. de Oliveira, entre outras pessoas.

O ato de assassinato foi o de Mônica, escrava de Ignácio Ferreira. A cena é relatada pela testemunha Luciana Maria de Oliveira de cinquenta anos mais ou menos, natural do termo de São Cristóvão, casada, também moradora no Engenho Paty de cima. É interessante ressaltar que a testemunha jura aos santos evangelhos, que diria a verdade no que dissesse respeito às perguntas feitas sobre a denúncia que lhe foi lida às sete horas da noite do dia 26 de dezembro no ano findo, onde se encontrava em sua casa, que é localizada nas proximidades da fábrica do Engenho Paty, quando ouviu o gritar a escrava Mônica, onde observou o escravo Antônio descarregar dois muros, visto que dias antes do assassinato a mesma presenciou ainda uma discussão.

O caso é concluído da seguinte maneira, o réu é julgado e acusado, segundo a lei de 10 de junho de 1835, onde há testemunhas, o escrivão ao que se pode perceber é a parte fundamental no processo, sendo o mesmo citado várias vezes. O delegado Belmiro Pinto de Carvalho pergunta ao réu por qual a razão do crime, Antônio o réu responde: “razão de negro com negra”, tendo em vista que o escravo Antônio, flagra a sua pretendente Maria Mônica com outro negro cometendo adultério numa roda de pagode. O réu agride a vítima, com muros, empurrões, segundo é relatado por testemunhas e, por fim mata, a negra com o ferro de farpar segundo o mesmo responde quando o delegado a pergunta sobre qual arma ele utiliza para

praticar o crime. Assim ele descreve o motivo do assassinato da negra Maria Monica, e a tentativa de homicídio contra o negro que era um escravo e não teve o nome identificado.

Cabe então o seguinte questionamento: por qual motivo o Senhor do Engenho, viria se interessar pela condenação de um escravo? Por isso, o mesmo, estando presente no julgamento, como é citado no documento, tendo em vista que contendo este negro, fica evidente para os demais a pena que será dada em casos como esse, no presente julgamento é evidenciada a posição do negro como sua propriedade, Também havia a preocupação de uma ordem, uma estabilização social - (mesmo o processo judicial sendo a única lei que “humanizava” o negro), e que a perda deste é vista como prejuízo. A formação da família entre escravos, era dessa maneira de grande valia para os senhores gerando ganhos econômicos e a autossustentância dos escravos - sendo de mais valia conter a rebeldia de um, ao arriscar perder outros escravos.

Para o senhor de engenho, a compra de escravos significava um gasto de dinheiro considerável e, portanto, não desejava perdê-los, qualquer que fosse o motivo: fuga ou morte, inutilização por algum acidente ou por castigos aplicados pelos feitores. A perda afetava diretamente as atividades do engenho. Não podemos esquecer que, o escravo era propriedade do seu dono, era investimento para o seu senhor, pois o mesmo comprava o escravo, conter de antemão um escravo revoltoso, que visto como ameaça poderia causar mais problemas. A solução para este e outros casos relacionados com escravos, era a condenação, ao mesmo tempo em que resolvia um problema, deixava os demais de aviso, caso tentassem a mesma coisa, rebelião, ou que representasse qualquer tipo de ameaça para o seu Senhor, antes conter um, do que um motim.

A acusação do negro Antônio evitaria assim, outro assassinato, visto que o mesmo ainda tentou contra a vida do negro que ele encontrou com a escrava Maria Monica, ao ser condenado, evita outra possível perda, bem como já foi dito, fica um alerta para outros escravos que tentar agir da mesma maneira.

Para melhor entender as relações entre escravos, no período analisado é de extrema importância entender os fatores que influenciavam o ambiente entre eles, com cenário escravista.

Numa discussão historiográfica traçada sobre a abordagem na figura do escravo, o mesmo se manifesta de acordo com seus espaços conquistados, e a busca de melhorias.

Nas relações sociais na maioria das vezes eram gerados conflitos representados com atos criminosos; a tensão entre os escravos eram evidentes, pois o ambiente era propício dasavenças, seja na relação de “domínio” do escravos no convívio, seja com o feitor, ou com o

próprio senhor e suas práticas abusivas, uma vez que em seu cotidiano a violência estava sempre presente.

Ao analisar o documento, sendo o mesmo muito extenso, mostrando como se dava tal procedimento. Era feito, sob o ponto de vista do júri, as testemunhas, e como foi enfatizado ao longo desse artigo a participação citada a todo o momento do escrivão, vale ressaltar que todo julgamento leva o peso das tradições e questionamentos tidos como certo de uma determinada época, tornando muito repetitivo e sempre enfatizando a figura do escrivão.

Vale lembrar que a Lei de 1835 exigia o voto de apenas dois terços dos jurados do tribunal para a condenação à força até então, a pena capital requeria a unanimidade do júri. Por fim, ela não permitia apelações pela mudança da pena antes, o condenado podia interpor inúmeros recursos judiciais às instâncias superiores⁷.

Para explicar melhor e comparamos o modo como a pena de morte, chegou nesse contexto é importante, analisarmos, como antecedeu as leis criminais e toda uma discussão, criada em cima desse processo.

O conjunto de leis constituídas no Império que se refere ao Código Civil e Criminal necessitou de um desligamento com relação as penalidades da Coroa Portuguesa (como por exemplo: o esquartejamento, amputação, açoites, etc.), as novas leis davam preferência a aplicação da pena onde ocorre a ausência da liberdade, ou seja, o encarceramento. As punições do Antigo Regime eram de caráter exemplar, deste modo, quando tinha caso de pena de morte o mesmo poderia ter sua sentença mudada para punições como: açoites, tenazes quentes, etc. como modo de disciplinar, dependendo do crime e do criminoso poderia ocorrer um caso de esquartejamento, o réu perderia um membro como forma de punição.

A aplicação difundida da pena de prisão a partir do século XIX é fruto de defensores do iluminismo como modo de tirar um direito comum de “liberdade” a todos, visto na categoria de cidadãos, sendo a sua aplicação prevista na segunda parte do código criminal de 1830, que deste modo, assentou os crimes públicos, contra a existência política do Império, e o exercício dos poderes políticos, o livre contentamento dos direitos políticos dos cidadãos e a segurança interna.

Organizando a pena de trabalho prisional em 1930, ficando esta etapa com a assembleia legislativa o artigo 10 do ato judicial de 1934 impõe que as instituições fossem destinadas como “as casas de prisão, trabalho e correção”. O código penal ainda transcreveu que, essas casas deveriam ser “seguras, limpas e arejadas”, e que ainda deveria haver separação dos réus segundo a natureza dos seus crimes, seguindo assim uma filosofia jurídica liberal, ainda não consolidada nos países europeus. O código de 1930 adota um novo conceito de culpa passando

assim a ser centralizado no ato criminoso na pessoa do infrator, sendo esta uma punição equivalente ao delito cometido. Esse princípio foi o tema central da obra *Dos delitos e das penas* (1764) de Cesare Beccaria, considerado um dos precursores da escola clássica de direito penal, em oposição às práticas punitivas do Antigo Regime, como as penas cruéis e de morte, e a utilização da tortura nas investigações. (BECCARIA:2009).

Os réus condenados a prisão eram obrigados a cumprir os trabalhos da Casa de Correção, foram definidos em duas classificações: a correcional e a criminal. A correcional era composta por duas divisões: na primeira ficavam os menores de quatorze anos que agiam com consciência dos seus atos, na segunda os vadios os mendigos detidos pelas autoridades para cumprir pena de prisão simples ou com trabalho no período de 24hrs, da mesma forma como todos os outros condenados pelas autoridades o trabalho da Casa de Correção.

Os condenados classificados como criminal, pagavam com a pena de prisão e trabalho, por um período longo (determinado pelo juiz). O réu poderia usufruir de vantagens concedidas de acordo com seu comportamento. O regulamento era minucioso quanto às regras e disciplinas que deviam ser observadas pelos classificados na divisão criminal, que eram determinados a fazer cumprir as rotinas, e os horários do dia a dia logo após as orações (5 horas no verão e 6 horas no inverno). O trabalho era interrompido no almoço, logo após retornavam aos trabalhos e paravam no jantar antes da ceia.

Em cada oficina –trabalhos prestados dentro da casa- era admitido 20 presidiários, a número era determinado para facilitar a observação dos presos, na oficina do silêncio, onde o este só podia ser interrompido se o detento tivesse alguma dúvida sobre a tarefa que deveria ser realizada. Os castigos disciplinares nos casos de infração a regra do silêncio eram: trabalho solitário, restrição alimentar, ou jejum e a cela escura. As oficinas criadas na Casa de Correção funcionavam como fonte de renda para custear as despesas como manutenção da casa e o sustento dos presos.

Dentre todos esses quesitos abordados até aqui, é de extrema importância esclarecer, duas vertentes que estão interligadas, nesse contexto, que são elas: a história política e a história cultural, perspectivas com duas posições diferentes que quando se encontram historicamente provocam uma intensa discussão como mostra a citação a seguir:

De um lado a política expressa um objeto e temas para reflexão estética e por outro apresenta-se como um canal de acesso aos recursos de poder. Aos artistas cabe utilizar-se dos materiais ofertados pela política enquanto reflexão estética, como adesão a projetos de poder ou mesmo submissão aos cânones por ela instituídos. Esta multiplicidade nas interações entre cultura e política foi historicamente canalizada para o financiamento público das obras e do

trabalho artístico, que na dimensão contemporânea, ganhou características não controversas a respeito da legitimidade imbuída nessa relação. Assim a relação entre política e cultura é hoje matizada pela presença das instituições governamentais orientando a ação e a ambição estética dos artistas. (ESTEVINHO:2009)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo esclarecer como funcionava a pena de morte no Brasil Império e como ocorriam os processos criminais e seus julgamentos.

A pena de morte foi vista como uma maneira conter revoltas e rebeliões, com leis de cunho aristocrata, alegando que as normas deveriam ser cumpridas como forma de prevenção, onde o réu escravo, dizia ser coberto por lei, onde este era o único momento que o mesmo era tratado como humano, em contra ponto o escravo não poderia recorrer a sua sentença. Como o homem livre poderia, ficando mais uma vez a mercê do escrivão, taxado de valores sociais, bem como o júri mesclado dos mesmos.

Podemos dizer que hoje, ainda há vestígios, uma linha tênue, obviamente oposta e contrária ao período do Brasil Império, mas cargas negativas de certa forma psicológicas, que deixaram sua marca depois de tantos anos, pois ainda nos deparamos com situações lamentáveis sofridas por pessoas vítimas de preconceito racial, por outras que acham superior por sua cor de pele, fruto de um período de opressão.

A pena de morte chega ao extremo do endurecimento, perante a justiça que na maioria das vezes, ao invés de impor a justiça, estava apenas preocupada com interesses. Um marco na história, que com o peso que traz, vem carregado de conquistas, por meio de lutas pelos direitos humanos.

Com base em todos os recursos utilizados para este trabalho, chegamos à conclusão que a história jurídica desse país passa por influências e valores de cada época, é importante ressaltar que o escravo não sabia ler, que implicava ainda mais no modo como ele era julgado, afinal o mesmo não tinha conhecimento próprio, mesmo se ele tivesse algum direito de recorrer da sua sentença, não tinha conhecimento para tal, uma pessoa não pode recorrer se a mesma não sabe que tem esse direito, porém no caso da lei de 1835, o escravo nem mesmo tinha esse direito, diferente do homem livre, que poderia recorrer a sua sentença, tardando até por mais um ano, o escravo era condenado logo após o seu julgamento, sem direito algum.

Por fim, mais uma conclusão possível sobre os direitos e valores de uma sociedade que com base em suas “necessidades” não levando em consideração um julgamento justo, para

qualquer ser humano que, “perante a lei” tem os mesmos direitos. Este trabalho nos leva a analisar e a entender como cada época elabora seu entendimento de crime penal, merecedor de morte. Além de refletir toda uma transformação ao longo dos tempos.

ABSTRACT

When we speak of slaves, it soon comes to mind, work, exploitation, and even abolition. The purpose of this article is to talk about a subject so untreated, the penalty and death to slaves for crimes committed by them, in focus the hanging. When it was sanctioned, the new law created 10 of June of 1835 by the imperial regent, applied the repression to the crimes committed by captives. These would be condemned by capital punishment, with diverse procedures for the judgment and execution of the sentence. The theoretical and methodological procedures adopted result from bibliographic research and legislation, as well as a specific document of a case that took place in Sergipe. The historiography on the importance of the law of repression of the movements of contestation takes this article to analyze its application throughout century XIX, during the period of Brazil Empire.

Keywords: Slaves; Criminal Code; Death penalty.

NOTAS

² Art. 113. Julgar-se-há cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força. Penas – aos cabeças, de morte no grau máximo; de galés perpétuas no médio; e por quinze anos no mínimo; aos mais – açoites.

³ Art. 38. A pena de morte será dada na força. Art. 39. Esta pena, depois que se tiver tornado irrevogável a sentença, será executada no dia seguinte ao da intimação, a qual nunca se fará na véspera de domingo, dia santo ou de festa nacional.

⁴ ANAIS da Assembléia Legislativa, sessão em 15/09/1830. In: RIBEIRO, José Luis. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835 – os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 26.

⁵ Francisco de PAULA SOUSA e Melo, ou Paula Sousa, seu nome parlamentar, nasceu na vila, depois cidade de Itú, na então Província de São Paulo, a 5 de junho de 1791. Filho do bacharel em cânones Antônio José de Sousa, natural do Porto, e de D. Gertrudes Salidônea de Cerqueira Leite. Sua mãe era oriunda da família Barros. Tio do Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz. Católico, proprietário rural, agricultor, casou-se em 1819 com Maria de Barros Leite, sua prima. Seus sogros eram D. Maria de Paula Machado e o capitão Antônio de Barros Penteado. Ficou órfão de pai em 1795, aos quatro anos de idade, tendo sua educação confiada ao jesuíta José de Campos Lara, seu parente, homem culto e ilustrado.

⁶ ANAIS da Assembléia Legislativa, sessão em 15/09/1830. In: RIBEIRO, José Luis. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835 – os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 26.

⁷ Clássica abordagem de José Murilo de Carvalho. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

REFERÊNCIAS

FONTE

Arquivo: Arquivo Judiciário de Sergipe, Brasil, Sergipe. 353 Galés Perpétua , LARIC 1º Of. Homicídio e tentativa de homicídio, Cx. 05/283. data: 08.03.1887. **Descrição do Documento:** Homicídio e tentativa de homicídio, onde o escravo Antônio, ao ser interrogado pelas autoridades competentes, menciona que na ocasião do crime, encontrava-se numa roda de pagode. Acusado de homicídio cometido a uma escrava do seu senhor, Ignácio Ferreira, sendo condenado a galés perpétua.

BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Código filipino ou ordenações e leis do reino de Portugal recompiladas pormandato d’El-Rei D. Felipe I.** 14 ed. Rio de Janeiro:[s.n.], 1870.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Contiguiba, 1860-1900);** prefácio, Walter Fraga. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ANTUNES, Cláudio Roberto. **Corda branca em carne negra: Os escravos e a pena de morte por enforcamento no Brasil Império.** UNIASSELVI Florianópolis – SC. Paraná - Brasil, Editora Unicentro, 2015.

ANDREIEV, L. N. **Os sete enforcados.** Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963.

AZEVEDO, C. M. **Onda negra, medo branco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Martin Claret, 2000.

BRASIL. **Lei n. 4, de 10 de junho de 1835.** Disponível em: <<http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104059/lei-4-35>> Acesso em: 22/04/2017.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

ESTEVINHO, Telmo Antônio Dinelli, **A difícil relação entre política e cultura no Brasil.** 2009.

BRITO, E. P.; FABRICIO, E. L. **História da África e dos africanos: da divisão colonial aos dias atuais.** Indaial: UNIASSELVI, 2012.

Casa de Correção. <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6333> Acesso em: 07/05/2017.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

Código Criminal. <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=5538> Acesso em: 05/05/2017.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.

Elias, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Org. Michael Schroter, Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum: escravidão e liberdade sob pena do Estado Imperial Brasileiro (1830-1888)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FLORENTINO, M. G.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORY, T. **El juez de Paz y el Jurado em el Brasil Imperial**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

GUIMARÃES, Elione S. **Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, J. R. **São muitas as moradas: desigualdades e hierarquia entre escravos**. In: MANOLO, F. MACHADO, C. (org.). **Ensaio sobre a escravidão**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 201-216.

GRAHAM, S. L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MACHADO, M. H. P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALHEIROS, Agostinho Marques. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico jurídico-social**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

NABUCO, Joaquim. **A Escravidão**. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PIROLA, R. F. **A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte**. Campinas. IFCH/UNICAMP, Tese de Doutorado. 2012.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, J. **Microanálise e construção do social**. In: _____. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, J. L. **No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1935: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. **Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro**. 2009.

SANTOS, André Carlos dos. **A Lei da Morte**: a pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 42, jun. 2010.

FILHO, Alípio de Souza. **Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 33.

VOGT, Olgário Paulo; RADUNZ, Roberto **Condenados à força**: a escravidão e os processos judiciais no Brasil.